



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE - PB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
GRADUAÇÃO – LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MILENNA KELLY ANDRADE ALVES

**O PAPEL DO VOLUNTÁRIO SOCIAL NO PROCESSO DE INCLUSÃO DA
CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA ESCOLA**

CAMPINA GRANDE – PB

2024

MILENNA KELLY ANDRADE ALVES

O PAPEL DO VOLUNTÁRIO SOCIAL NO PROCESSO DE INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo) apresentado ao Departamento do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Práticas Educativas

Orientadora: Prof. Dra. Rosely de Oliveira Macário

CAMPINA GRANDE - PB

2024

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A474p Alves, Milenna Kelly Andrade.

O papel do voluntário social no processo de inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola [manuscrito] / Milenna Kelly Andrade Alves. - 2024.

26 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2024.

"Orientação : Profa. Dra. Rosely de Oliveira Macário, Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC. "

1. Transtorno do Espectro Autista - TEA. 2. Voluntário social. 3. Formação profissional. 4. Educação inclusiva. I. Título

21. ed. CDD 371.9

MILENNA KELLY ANDRADE ALVES

O PAPEL DO VOLUNTÁRIO SOCIAL NO PROCESSO DE INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo) apresentado ao Departamento do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Práticas Educativas

Aprovada em: 07/06/2024

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Rosely de Oliveira Macário (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Paula Almeida de Castro (Examinadora interna)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Diego de Lima Santos (Examinador interno)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

À minha mãe e ao meu esposo, pela dedicação,
companheirismo e amizade, DEDICO.

“A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa”.

Paulo Freire

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CID	Classificação Internacional de Doenças
TEA	Transtorno do Espectro Autista
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
2.1 Transtorno do Espectro Autista (TEA).....	10
2.2 A inclusão da criança com TEA.....	12
2.3 A necessidade de uma equipe interdisciplinar.....	13
2.4 Educador voluntário social.....	14
3. METODOLOGIA.....	15
3.1 Objetivo geral.....	16
3.2 Objetivos específicos.....	16
4. ANÁLISE DE DADOS.....	16
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19

REFERÊNCIAS

APÊNDICE A – ENTREVISTA PROFESSORES

APÊNDICE B – ENTREVISTA VOLUNTÁRIOS

O PAPEL DO VOLUNTÁRIO SOCIAL NO PROCESSO DE INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA ESCOLA

Milenna Kelly Andrade Alves

RESUMO

Este artigo discute sobre o atendimento educacional de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com ênfase na figura do “voluntário social” no espaço escolar. Apresenta como objetivo geral refletir sobre o acompanhamento das crianças com (TEA) nos anos iniciais do Ensino Fundamental, frente às expectativas e desafios colocados para o “voluntário social” no âmbito escolar, tendo em vista a ausência de uma formação acadêmica na área da formação educacional ou de estudos em nível de especialização em Educação Especial. A metodologia adotada nesta pesquisa foi uma abordagem qualitativa, dotipo Revisão Bibliográfica e Exploratória, a partir da qual buscamos pesquisas realizadas em sites da internet, periódicos da Capes, entre outros. A coleta de dados foi possível com o uso do instrumento questionário semiestruturado, impresso com respostas manuscritas e questões abertas sobre o objeto de estudo para a professora e para a “voluntária social”. Nesse intuito, busca-se o embasamento teórico em resultados de pesquisadores, como: Oliveira e Sertié (2017); Falcão; Silva e Rocha (2023); Belei 2008; Cunha, (2015); Silva, (2009); Carvalho; Habowshi; Conte, (2019), além de documentos como (APA, 2014) que tratam dos direitos da pessoa diagnosticada com TEA, entre outros citados nesta pesquisa que discutem sobre o objeto em estudo. A análise dos dados fez-se possível pelas reflexões pontuadas pelos estudos executados por meio da revisão bibliográfica, acrescidas das percepções oriundas das profissionais entrevistadas em uma escola da Rede Municipal de Ensino de Campina Grande-PB. Participaram da pesquisa cinco professores da sala regular e de duas “voluntárias sociais” que encontravam-se em efetivo exercício profissional, em turmas dos (2º ao 3º anos) de Ensino Fundamental, expressando-se sobre as vivências destas em relação ao atendimento da criança com TEA. Assim sendo, tal procedimento metodológico vem ao encontro do que afirma Gil (2007), quando afirma que a pesquisa de cunho qualitativa não se preocupa com a representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social. As participantes da pesquisa reforçam a necessidade da formação profissional do voluntário social, ou seja, da figura do cuidador(a) com as crianças na sala regular. Na análise dos dados, observa-se um quadro de desafios destacados pela revisão da literatura e ainda pelas aproximações destas contribuições com as falas das professoras participantes da pesquisa. A contribuição deste estudo reitera a necessidade de mais investimentos de cursos de formação para os profissionais de apoio na Educação Especial, aqui, denominados de “voluntário”, e ainda provoca um debate no campo da educação inclusiva a pensar na valorização profissional e a situação da baixa remuneração da equipe interdisciplinar, especificamente da figura do “voluntário social”.

Palavras-Chave: TEA; Voluntário Social; Formação Profissional; Educação Inclusiva.

ABSTRACT

This article discusses educational assistance for children diagnosed with Autism Spectrum Disorder (ASD), with an emphasis on the role of the “social volunteer” in the school space. Its general objective is to reflect on the monitoring of children with (ASD) in the initial years of Elementary School, given the expectations and challenges posed for the “social volunteer” in the school context, taking into account the lack of academic training in the area educational training, and/or studies at a specialization level in Special Education. The methodology adopted in this research refers to a qualitative approach, of the Bibliographic and Exploratory Review type, in research carried out on websites, Capes Periodicals, among others, to address the researched topic. Data collection was possible, using the semi-structured questionnaire instrument, with open questions about the object of study for the teacher and also for the “social volunteer”. To this end, the theoretical basis is sought in results from researchers, such as: Oliveira and Sertié (2017); Camilo (2019); Hawk; Silva and Rocha (2023); in addition to the documents they deal with (APA, 2014), Belei 2008; Cunha 2015; Silva 2009; Oak; Habowshi; Conte, 2019), among others cited in this research. who discuss the object under study. Data analysis was made possible by the reflections punctuated by the studies carried out by the bibliographic review, added to the perceptions arising from the professionals interviewed in a school in the Municipal Education Network of Campina Grande-PB, with the participation of five teachers from the regular classroom, and two “social volunteers” who are in effective professional practice, in classes of (2nd to 3rd years) of Elementary School, expressing themselves about their experiences in relation to caring for children with (ASD). Therefore, this methodological procedure is in line with what (Gil, 2007) states that qualitative research is not concerned with numerical representation, but rather with deepening the understanding of a social group. The research participants reinforce the need for professional training of the social volunteer, that is, the role of the caregiver with the children in the regular room. When analyzing the data, we observe a set of challenges highlighted by the literature review and also by the approximations of these contributions with the statements of the teachers participating in the research. The contribution of this study reiterates the need for more investment in training courses for support professionals in Special Education, here called “volunteer”, and also provoke a debate in the field of inclusive education thinking about professional development and the situation of low remuneration of the interdisciplinary team, specifically of the “social volunteer”.

Keywords: ASD; Social volunteer; Professional qualification; Inclusive education.

1. INTRODUÇÃO

No contexto educacional do nosso país, especificamente, nos caminhos da Educação Especial, vem sendo observado o debate em torno dos desafios das práticas curriculares relacionadas às políticas de implementações educacionais, tidas como inclusivas, na promoção da garantia da equidade e igualdade de acesso e permanência das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Assim sendo, vem se consolidando um processo de discussões na literatura acadêmica, atento e de denúncia da ausência do cumprimento, na prática escolar, do que preconiza os marcos legais relacionados aos princípios fundamentais da Educação Inclusiva, no que diz respeito às questões relacionadas à inclusão de estudantes diagnosticados com deficiência na sala de aula regular. Ademais, verifica-se a preocupação por parte de alguns pesquisadores nesta área já citada acerca da necessidade da ampliação do diálogo com os profissionais da escola quanto ao processo de inclusão de pessoas com

múltiplas deficiências (físicas, cognitivas, psicossociais), como assinalam nos seus estudos Carvalho; Habowshi; Conte (2019).

Nesse cenário voltado para os estudos no atendimento educacional na sala de aula regular, o que ocorre é que há um interesse por parte de algumas pesquisas já concluídas, citadas no corpo deste texto, na análise da qualidade do processo educativo na escola, em particular, em querer saber, como acontece, de fato, esse atendimento da criança diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA) por parte dos profissionais no interior da sala de aula regular. Nessa direção, o propósito desta pesquisa é trazer algumas reflexões críticas, organizadas, a priori, a partir de contribuições de resultados de pesquisas já executadas, de autores citados, além de uma abordagem reflexiva em torno da figura do cuidador social ou como já é concebido, nos espaços escolares, dotado de uma nova nomenclatura profissional intitulado como “voluntário social”.

A metodologia utilizada neste estudo trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativa com abordagem bibliográfica, do tipo exploratória, como nos recomenda (Gil, 2021, p. 26) ao afirmar que, “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses a serem testadas em estudos posteriores”, atentos aos princípios éticos da pesquisa acadêmica, de cunho qualitativo, do tipo de pesquisa Revisão de Literatura e a análise dos dados.

Assim sendo, foi possível a obtenção de dados através do uso de questionários desenvolvidos com a colaboração de cinco professores da sala de aula regular e, ainda, de duas “voluntárias sociais”, inseridas em uma unidade escolar pertencente à Rede Municipal de Campina Grande - PB, cujas turmas dos anos iniciais (1º ao 3º anos) têm alunos(as) diagnosticados com TEA e que são acompanhados pelos profissionais já explicitados.

Busca-se o embasamento teórico em pesquisadores, a saber: Oliveira e Sertié (2017); Camilo (2019); Falcão; Silva e Rocha (2023); Belei, (2008); Cunha, (2015); Silva, (2009); Carvalho; Habowshi; Conte, (2019)), além de documentos como (APA, (2014), que tratam de direitos da pessoa autista, entre outros citados nesta pesquisa, que discutem sobre o objeto em estudo e como se relacionam aos encaminhamentos teóricos e metodológicos frente à função do voluntário(a) social com crianças com (TEA), além das reflexões sobre o processo de qualificação profissional exigido no edital (SEDUC) em vigência na Rede Municipal de Campina Grande - PB.

Para o desenvolvimento dessa investigação, apresenta-se como objetivo geral refletir sobre o trabalho do voluntário(a) no acompanhamento educacional de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto da sala de aula, haja vista as expectativas e os desafios colocados para esse profissional que trabalha sem uma regulamentação e que exerce esse atendimento escolar com ausência de uma formação acadêmica, em termos de qualificação profissional, bem como, de políticas de inclusão e os processos de implementação destas. como objetivos específicos (i) identificar a percepção do professor quanto ao auxílio oferecido pelos voluntários; (ii) revelar a necessidade da formação ou especialização na área da educação especial para o exercício da função; (iii) verificar as causas da carência de cuidadores qualificados e outro com base na pesquisa dos questionários professor e cuidador; (iv) evidenciar as dificuldades enfrentadas por professores e voluntários. Os dados foram obtidos em uma escola da rede de ensino já citada, cuja organização educacional dispõe de uma sala de aula de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Assim sendo, busca-se com o uso do instrumento de coleta de um questionário, com a participação de cinco professores da sala de regular, com atuação em turmas do 2º ao 3º anos, dos anos iniciais de Ensino Fundamental, no primeiro semestre letivo de 2024.1, expressando-se sobre as vivências destas em relação ao atendimento da criança com TEA. Conforme afirma Gil (2007), a pesquisa de cunho qualitativo não se preocupa com a

representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social.

Cumprido destacar que o desenvolvimento dessa pesquisa foi motivado pelas observações derivadas de experiências vivenciadas no cotidiano escolar na condição de “cuidadora”, por meio do atendimento educacional nos espaços formativos de escolas públicas pertencentes à Rede Municipal de Ensino de Campina Grande - PB, entre os anos de 2020 e 2023. Tal permanência nesse campo de investigação se deu a partir de indagações e formulações sobre o atendimento Educacional Especializado com ênfase na busca do entendimento na realidade prática de sala de aula: o que é, para quem é e como deve ser feito e, principalmente, da figura do “voluntário (a) social”, dos desafios colocados para a qualidade desse atendimento escolar.

Para a compreensão do interesse pelo desenvolvimento deste estudo, o desejo de aprofundamento das questões tidas como complexas de lidar durante as ações pontuadas no atendimento individualizado com as crianças com (TEA), simultaneamente, alinhadas às minhas experiências acadêmicas no curso de Pedagogia, (UEPB) cursando o componente curricular: Educação Especial. Nessa experiência citada, foi possível a formulação de algumas indagações sobre o papel do profissional de apoio, ora concebido, como “cuidador” e no momento atual, como voluntário social. No primeiro momento, destaca-se o olhar sobre a figura do “cuidador”, cujas atribuições pedagógicas desenvolvidas no interior da escola suscitaram alguns questionamentos tidos como importantes no desdobramento metodológico desta pesquisa: Qual é a formação acadêmica do “cuidador” que se traduz como adequada para o acompanhamento da criança com (TEA)? Que tipo de ação o cuidador poderia executar para melhorar o seu desempenho ocupacional de cuidador de crianças com (TEA)? Naquela ocasião, indagava cotidianamente a questão da problemática da inadequação profissional para o enfrentamento diário com tais crianças citadas.

Diante disso, o interesse por essa pesquisa ficou ainda maior após o novo programa de “contratação” de cuidadores, chamado Amigos da Educação, (SEPARATA DO SEMANÁRIO OFICIAL – CAMPINA GRANDE/PB, 11 DE ABRIL DE 2024) o qual convoca voluntários sociais sem vínculo empregatício. O voluntário necessita apenas do ensino médio completo para ingressar na área da educação especial, podendo acompanhar o aluno diagnosticado com qualquer deficiência. Embora se chamem voluntários, os mesmos recebem um auxílio despesas, sendo o mesmo valor que recebiam quando contratados. Deste modo, não existe uma exigência para trabalhar com essas crianças e, infelizmente, não são todos que estão aptos a essa função.

O trabalho encontra-se organizado em quatro seções. A primeira seção é a introdução na qual foi realizada uma explanação do desenvolvimento da pesquisa. A segunda, refere-se à fundamentação teórica realizada através de autores que abordam esta temática. Em seguida, a terceira seção traz a análise de dados, em que se relata as percepções de docentes, adquiridas por entrevista a respeito do despreparo na inclusão. Por fim, a quarta seção apresenta as considerações finais nas quais revelam-se conclusões diante do objeto de estudo pesquisado.

Para melhor entendimento, o objeto de estudo será chamado cuidador ou voluntário social, pois ambas nomenclaturas remetem à mesma função abordada no artigo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O termo “autismo” foi definido pelo psiquiatra suíço Paul Eugen Bleuler, em 1911, para caracterizar os sintomas negativos e a alienação social de indivíduos que sofriam de

esquizofrenia. No entanto, a denominação do autismo toma uma proporção maior em 1943, por meio do psiquiatra Leo Kanner, que em suas primeiras pesquisas já abordava características do autismo de forma relevante (Cunha, 2015).

O transtorno do espectro autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses e atividades. Manifestações agudas podem ocorrer e, frequentemente, o que conseguimos observar são sintomas de agitação e/ou agressividade, podendo haver auto ou heteroagressividade. As definições utilizadas pela APA (2013) *apud* Zanon *et al* (2014) vão de encontro com as concepções já mencionadas.

[...] as manifestações comportamentais que definem o TEA incluem comprometimentos qualitativos no desenvolvimento sociocomunicativo, bem como a presença de comportamentos estereotipados e de um repertório restrito de interesses e atividades, sendo que os sintomas nessas áreas, quando tomados conjuntamente, devem limitar ou dificultar o funcionamento diário do indivíduo. (APA, 2013 *apud* ZANON *et al*, 2014, p. 25).

Essas manifestações da pessoa com autismo são consequências estimuladas pelo transtorno, podendo ser mais leve ou mais grave, dependendo do grau em que se encontra. “[...] É também comum se observar crianças autistas fascinadas por certos estímulos visuais, como luzes piscando e reflexos de espelho, bem como tendo certas aversões ou preferências por gostos, cheiros e texturas específicas [...]” (Silva; Mulick, 2009, p. 120). Nestes momentos é fundamental tentar compreender o motivo dos comportamentos que estamos observando para então propor estratégias que possam ser efetivas. Os comportamentos são características fundamentais do TEA e manifestam-se como restritos e repetitivos.

De acordo com o estudo do instituto Neurosaber¹, dentre os comportamentos do espectro, a ecolalia é um fenômeno persistente que se caracteriza como um distúrbio de linguagem, definida como a repetição em eco da fala do outro. Apresenta-se em duas categorias: imediata ou tardia, identificada como uma característica constante e prolongada da fala da criança com TEA. Já a estereotipia é a reprodução em um padrão fixo de atividade, movimento ou vocalização, possuindo características morfológicas semelhante. Também a obediência a uma cadência de movimento, ritmo e sons que podem ser realizadas com ou sem objetos, tendo uma constância, permanecendo sem pausas, em um tempo próprio fora do domínio exterior e, aparentemente, não tem um objetivo determinado.

A pessoa autista também tem dificuldade para interagir socialmente, como manter o contato visual, identificar expressões faciais e compreender gestos comunicativos, expressar as próprias emoções e fazer amigos.

Os níveis de gravidade para o TEA variam desde uma criança que exige apoio muito substancial, quando se encontram graves déficits nas habilidades de comunicação verbal e não verbal, dentre outros, até crianças que exigem apoio leve, que apresentam dificuldades para iniciar interações sociais. Hoje, o diagnóstico de autismo é traçado conforme o nível de gravidade ou de necessidade de suporte que cada indivíduo demanda.

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (2014), o nível 1 exige necessidade de pouco apoio. As interações sociais podem ser desafiadoras, pois as pessoas com TEA podem ter dificuldade em iniciar conversas ou demonstrar interesse pelos outros. Além disso, comportamentos inflexíveis podem dificultar a realização de tarefas cotidianas, como seguir instruções ou alternar entre atividades. No entanto, a linguagem funcional geralmente é preservada.

¹ Disponível em: <<https://institutoneurosaber.com.br/blog/autismo/>>

No nível 2, a necessidade de apoio é moderada. As pessoas apresentam dificuldades significativas na comunicação e na interação social. Além disso, podem apresentar comportamentos repetitivos e restritivos que tendem a dificultar o aprendizado e a adaptação a mudanças. Já no nível 3, existe muita necessidade de apoio substancial. As pessoas apresentam dificuldades significativas na comunicação, que podem incluir atrasos no desenvolvimento da fala ou a ausência total dela. Também podem apresentar deficiência intelectual e ausência da linguagem funcional.

Embora ainda não tenha cura, o TEA pode ser tratado de inúmeras formas. Com o apoio de uma equipe multidisciplinar, a criança pode desenvolver formas de se comunicar socialmente e de ter maior estabilidade emocional.

2.2 A inclusão da criança com TEA

A inclusão abrange a ideia de proporcionar igualdade de oportunidades e tratamento justo para todas as pessoas, independentemente de suas características individuais. A educação inclusiva reforça o direito de todos à igualdade, de condições para acesso e permanência na escola, como prevê o artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e uma série de leis voltadas à inclusão de alunos com deficiência. Ela assegura a todos a oportunidade de aprender uns com os outros, proporcionando a redução de estigmas e, conseqüentemente, de exclusão.

A Declaração de Salamanca, de 1994, da Unesco, expressa que toda escola deve ser instrumentalizada em termos de recursos pedagógicos e de capacitação profissional para atender a todos os alunos, com suas características físicas, psicológicas e/ou socioculturais. Todas as instituições de ensino devem adequar-se para receber alunos com qualquer tipo de deficiência e garantir sua manutenção e aprendizado efetivo.

De acordo com o MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Secretaria de Educação Especial, Brasília, 2004) é preciso ressaltar também, a importância da preparação da escola como um todo, para o bom funcionamento dela. A inclusão, propõe a igualdade nas possibilidades de escolarização e por meio dela, todos os estudantes passam a ter direito a educação no mesmo ambiente, proporcionando a oportunidade de aprender, interagir e experimentar a vida em comunidade. Transformar a escola significa, portanto, criar as condições para que todos os alunos possam atuar efetivamente nesse espaço educativo, focando as dificuldades do processo de construção para o ambiente escolar e não para as características particulares dos alunos (Inclusão – Revista da Educação Especial, 2010, p. 34).

No entanto, muitas escolas ainda buscam um modo de garantir o aprendizado e a total inclusão dessas crianças no ambiente escolar, visto que é necessário além da adequação do espaço físico, a contratação de pessoas especializadas para o cuidado e a inclusão dessas crianças. Para que a inclusão possa ter sucesso, faz-se necessário um comprometimento não apenas de professores, mais sim da unidade escolar de forma integral, dando subsídios para que esta dê o suporte devido, assumindo as dificuldades inerentes ao processo de inclusão, tais como o conteúdo ministrado e as avaliações que padronizam os alunos. Ferreira (2018) explica que para que a educação inclusiva aconteça de forma real, a escola precisa ter apoio, ela também precisa entender qual o seu papel no processo, além de buscar aplicar os pilares da educação que lhe darão subsídio para que o processo seja eficaz. O autor define a educação inclusiva como sendo: “Modalidade de ensino na qual o processo educativo deve ser considerado como processo social em que todas as pessoas, com deficiência ou não, têm o direito à escolarização. É uma educação voltada para a formação completa e livre de preconceitos que reconhece as diferenças e dá a elas seu devido valor” (Ferreira, 2018, p. 4).

Ferreira (2018) explica que a escola inclusiva é uma escola comum, pois é

característico de qualquer ambiente de ensino acolher a todos os tipos de alunos, pois nesse ambiente se confrontam diversas situações e realidades distintas. O que se espera é que cada singularidade seja respeitada, promovendo o bem estar de todos. Assim como Dias (2007) descreve:

Pensar numa escola inclusiva significa, num primeiro momento, pensar numa escola para cada um, em que os alunos possam ser atendidos de acordo com suas necessidades e dificuldades, com práticas, metodologias e recursos necessários para que a aprendizagem e o desenvolvimento deles possam acontecer (Dias, 2007, p. 50).

A inclusão não se limita apenas à aceitação passiva da diversidade, mas envolve ações e esforços deliberados para eliminar barreiras, preconceitos e discriminações que possam marginalizar ou excluir certos grupos de pessoas.

2.3 A necessidade de uma equipe interdisciplinar

Nos estudos de Alves (2009), observa-se que, para que a inclusão seja efetiva, é necessário uma equipe interdisciplinar que envolva psicólogos, psicopedagogos, assistentes sociais e cuidadores. Além disso, a formação de professores deve contemplar o atendimento e o ensino efetivo das pessoas com deficiência.

Segundo Alves, em seu relato, este acredita que para uma efetiva educação inclusiva: O importante não é só capacitar o professor, mas também toda equipe de funcionários desta escola, já que o indivíduo não estará apenas dentro de sala de aula. [...] Alguém tem por obrigação treinar estes profissionais. Não adianta cobrar sem dar subsídios suficientes para uma boa adaptação deste indivíduo na escola. Esta preparação, com todos os profissionais serve para promover o progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas (Alves, 2009, p. 45-46).

Sabendo o quão importante é ter capacitação quando se exerce esta função, com o intuito de efetivar a inclusão, entende-se a necessidade de melhorias no funcionamento de escolas da rede pública de ensino. Segundo Glat (2009), embora aceitando a Educação Inclusiva como proposta educacional e com política pública legítima, afirma que é preciso:

Reconhecer que implementar tal política não é tarefa simples, pois uma educação inclusiva – no sentido em que a proposta foi concebida – coloca em cheque os pressupostos que consubstanciam a Escola como a conhecemos: meritocrática, seletiva, excludente e, de modo geral, em nosso país de baixa qualidade.(...) A transformação de uma escola tradicional em escola inclusiva é um processo político pedagógico complexo, que envolve atores (professores e alunos, e suas famílias) e cenários (escolas diferentes inseridas em diferentes comunidades) reais, e não basta para isso ter vontade política e disponibilizar recursos financeiros e/ou materiais (Glat, 2009, p. 77-78).

São muitas as barreiras para a inclusão, não por falta de interesse, mas por falta de capacitação para lidar com uma criança com TEA, o que implica em uma insuficiente estimulação para que essa criança tenha um avanço na aprendizagem e desenvolvimento. Então, se faz necessária a atenção de todos os envolvidos como citado anteriormente. Deste modo:

Para que a escola possa promover a inclusão do autista é necessário que os profissionais que nela atuam tenham uma formação especializada, que lhes permita conhecer as características e as possibilidades de atuação destas crianças. Tal

conhecimento deveria ser efetivado no processo de formação desses profissionais, sobretudo dos professores que atuam no ensino fundamental (Silva; Brotherhood, 2009, p. 3).

O professor do nível básico de ensino possui papel significativo para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social de crianças e adolescentes. No entanto, o trabalho do Professor apresenta dificuldades em estabelecer relações entre teoria e prática para o desenvolvimento de suas demandas, apresentando práticas que nem sempre vão ao encontro das necessidades de aprendizagem da criança. Isto acontece quando o nível da turma está irregular ou são necessárias diferentes adaptações de atividades e materiais para alunos diagnosticados com alguma deficiência, ressaltando o TEA, por ser uma CID que necessita de maior elaboração de conteúdo, além dos comportamentos individuais de cada autista.

Conta-se que a educação inclusiva tem trazido inquietações, insegurança e um desafio para os professores que se percebem despreparados para atuar com alunos incluídos. Tornou-se grande a demanda de crianças com TEA matriculadas nas redes de ensino regulares, assim como a necessidade de ajuda aos professores que assumem a educação de uma criança com TEA na sala de aula, considerando a amplitude do espectro em termos de gravidade dos casos. Há inexistência de regras ou fórmulas para lidar com educandos com TEA, visto que a diversidade no transtorno são muitas e são diversas as dificuldades que os professores podem encontrar no processo de inclusão.

O número de crianças nas salas de aula, a proporção de professores ou cuidadores por grupo de alunos e os tamanhos dos espaços disponíveis para eles são questões nem sempre tão discutidas nos meios educacionais. No entanto, elas também afetam o desempenho e a aprendizagem pois estão ligadas ao aproveitamento de ensino. Se uma sala é superlotada, por exemplo, será muito mais difícil para os educadores darem a devida atenção a cada um individualmente. Por este motivo, a necessidade de um cuidador ou atualmente, voluntário social.

O professor não consegue atender simultaneamente às demandas de cada aluno, assim a inclusão oferece ao estudante com laudo uma pessoa exclusiva para ele, a fim de lhe dar o suporte necessário. Nesse sentido, o papel do cuidador é oferecer o acompanhamento mais individualizado de forma a viabilizar a mobilidade no ambiente escolar, o atendimento de necessidades pessoais e a realização de outras tarefas que não podem ser prestadas pelo professor em função de suas próprias condições de trabalho, isto é, salas lotadas, outros alunos a serem atendidos, conteúdo programático a ser apresentado, ou ainda, por falta de treinamento para esse tipo de trabalho (BRASIL, 2008). Porém, a ausência de capacitação com a área inclusiva acaba inviabilizando, por muitas vezes, o real apoio ao professor.

2.4 Educador voluntário social

O cuidador escolar é o profissional responsável por auxiliar o estudante em seus cuidados da vida diária e prática. Ele trabalha em conjunto com o professor para melhorar a adaptação e dar o suporte aos alunos com alguma deficiência física, intelectual ou transtorno específico.

No ano de 2010, um importante passo para a legalização efetiva dos profissionais que atuavam como cuidadores é dada pelo congresso nacional, ficando acrescido em seu parágrafo segundo que será assegurado ao educando portador de necessidades especiais a presença de cuidador no estabelecimento de ensino, para atendimento das suas necessidades pessoais. Além de garantir a inclusão, o cuidador pode permitir o melhor aproveitamento da aprendizagem, pois deve ser feito um acompanhamento individual com cada aluno, viabilizando os cuidados pessoais e mobilidades, atividades que não devem ser realizadas

pelos professores, pois eles já possuem a função pedagógica com toda a turma.

Durante 13 anos, o cuidador ou também nomeado apoio escolar, da cidade de Campina Grande - PB, necessitava de pelo menos estar cursando Pedagogia ou possuir o ensino Normal, para exercer a função. Também lhe era assegurado o mínimo de direito por ser um contrato de trabalho, embora não lhe garantisse férias, décimo terceiro ou algum outro benefício, além do depósito ao INSS. Em 22 de junho de 2023, foi sancionada a Lei nº 8.674 que em seu artigo primeiro diz que

Fica instituído o Programa Educador Social Voluntário, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação - PROGRAMA AMIGOS DA EDUCAÇÃO, destinado a seleção de trabalhadores voluntários para exercício de atividades de cuidador e/ou alfabetizador na rede Municipal de Ensino.

Após esta mudança, houve uma nova seleção aberta para todo o público que tivesse o segundo grau de ensino completo, incluindo quem já estava na rede, assim todos teriam a mesma chance de garantir uma vaga. Com isso, os contratados se desvincularam da prefeitura e quando classificados migraram para o novo programa, chamado Amigos da Educação. Programa sem nenhum vínculo empregatício, como afirma em seu artigo segundo: “O serviço voluntário previsto nesta Lei, (*sic*) não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, conforme instituído na Lei Federal nº 9.608/1998”.

Sendo assim, o voluntário recebe uma bolsa auxílio de natureza indenizatória para suprir os gastos com transporte e alimentação (SEPARATA DO SEMANÁRIO OFICIAL – CAMPINA GRANDE/PB, 11 DE ABRIL DE 2024).

Essa mudança na percepção de pais e professores demonstra o descaso dos órgãos públicos não apenas com os cuidadores por não oferecerem condições boas de trabalho e negarem vínculos, mas principalmente com a inclusão, pois além da falta de capacitação de muitos que “caíram de paraquedas” nessa área, ainda existe uma grande demanda de crianças laudadas com diferentes CIDs para apenas um voluntário. Essa situação acaba desmotivando o cuidador, pois além da baixa remuneração e ausência de direitos trabalhistas, existe uma grande demanda de trabalho. Por este motivo, é notória a desistência de muitos iniciantes e principalmente a migração de pessoas especializadas e com experiência para o ensino privado, tendo em vista as melhores condições de trabalho.

Um desafio enfrentado ao longo dessa pesquisa foi a escassez de bibliografia acerca dos direitos, deveres, formação necessária para o cuidador, o que nos leva a pensar de que forma esse cargo foi criado, considerando que não há uma base teórica sólida que o fundamente. Masson; Brito; Sousa (2008) acreditam que isso esteja relacionado ao fato de que a atividade vem sendo desenvolvida com pouca visibilidade social, não é reconhecida como categoria profissional e é associada a tarefas historicamente tidas como de fácil realização, a partir do estabelecimento de vínculos afetivos e de devoção, não apresentando *status* de profissão (e, até mesmo, de trabalho) e sendo dispensada de processos de formação/qualificação profissional específico e de qualidade.

3. METODOLOGIA

A metodologia do trabalho deu-se através da pesquisa qualitativa de base bibliográfica, realizada a partir de artigos e livros, embasados em autores como: Cunha 2015; Silva 2009; Ferreira 2009; Zanon 2014). Segundo Silveira e Córdova (2009), “a pesquisa de cunho qualitativa não se preocupa com a representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social”.

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede municipal de ensino, em Campina Grande - PB, utilizando um questionário semiestruturado impresso, com respostas

manuscritas “em que a realização da entrevista parece ser fácil, simples e acessível a todo pesquisador, no entanto, este método requer planejamento, preparo teórico e habilidade técnica no momento da coleta, da transcrição e da análise de dados” (Belei, 2008, p. 5) para entrevistar cinco professoras que dispõem de alunos autistas em suas turmas, como também duas voluntárias sociais a fim de refletir sobre a percepção das mesmas em relação ao auxílio oferecido pelo voluntário(a) às crianças com TEA. Empregarei sigilo a fim de manter a ética, assim preservando a identidade dos professores e voluntários. Para facilitar o tratamento dos dados, os professores serão identificados por P1, P2, P3, P4 e P5.

3.1 Objetivo geral

Refletir sobre o acompanhamento das crianças com (TEA) nos anos iniciais de Ensino Fundamental frente às expectativas e desafios colocados para o “voluntário social” no âmbito escolar, tendo em vista a ausência de uma formação acadêmica na área da formação educacional ou estudos em nível de especialização em Educação Especial.

3.2 Objetivos específicos

- i. Apontar a percepção do professor quanto ao auxílio oferecido pelos voluntários;
- ii. Revelar a necessidade da formação ou especialização na área da educação especial para o exercício da função;
- iii. Verificar as causas da carência de cuidadores qualificados;
- iv. Evidenciar as dificuldades enfrentadas por professores e voluntários.

4. ANÁLISE DE DADOS

Vale destacar que, na condição de “cuidadora”, acumulei uma experiência no dia a dia, na escola, caracterizada por um quadro de vivências com estudantes com autismo. resultantes de angústias, conflitos, adaptações, cujas ações escolares vivenciadas conduzia-me a pensar o processo de inclusão dos estudantes com TEA na sala de aula regular. Nestas vivências, convivi com inúmeras situações oriundas do cotidiano escolar, tidas como complexas, em relação às questões relacionadas ao atendimento educativo com crianças diagnosticadas com Transtornos do Espectro Autista (TEA). Essa minha experiência despertou a atenção e o interesse em enveredar esta pesquisa, trazendo algumas reflexões sobre o papel do “cuidador” no atendimento individualizado com as crianças nas unidades escolares nas quais eu desenvolvi minhas atividades profissionais, como já foi citado, de “cuidadora”. Eu integrava a equipe de apoio das escolas onde realizei minhas atividades profissionais.

Na condição de estudante de Pedagogia, cursando o 3º período quando tinha iniciado as minhas atividades profissionais na função de cuidadora social, me deparei com inúmeras situações nas quais me via impossibilitada por uma questão de discernimento profissional, sem saber como agir em situações escolares com as crianças com autismo. Imaginem para os cuidadores sociais que, apenas dispõem de um ensino médio para tal função. Como poderia esse profissional contribuir para a inclusão dos estudantes, tidos como objeto de estudo?

Vivi e presenciei outras cuidadoras enfrentarem os mesmos desafios que eu, como repertórios agressivos, birras e estereotípias de crianças autistas e, além disso, a falta de recursos, atividades adaptadas de acordo com a temática do restante da turma, a inexperiência em produzir e aplicar materiais, a falta de estrutura para receber os casos mais sérios e, ainda,

o despreparo docente no planejamento de atividades.

O acompanhamento dos voluntários traz para os professores um suporte uma vez que é difícil para um único educador atender a uma classe inteira com diferentes níveis. Porém, os órgãos públicos precisam repensar que para um bom funcionamento e garantia de bons resultados para aprendizagem de todos, a capacitação e preparação de ambas as partes é fundamental. Cunha (2014) afirma a importância do acompanhamento especializado junto ao aluno com TEA, quando destaca:

Enquanto o aluno com autismo não adquire a autonomia necessária, é importante que ele permaneça sob o auxílio de um profissional capacitado ou um psicopedagogo para que dê suporte ao professor em sala de aula. Na escola inclusiva, é demasiadamente difícil para um único educador atender a uma classe inteira com diferentes níveis educacionais e, ainda, propiciar uma educação inclusiva adequada. Tudo o que for construído no ambiente escolar deverá possuir o gene da qualidade (Cunha, 2014, p. 55).

A demanda da inclusão chega às escolas antes da preparação do professor e a maneira encontrada tem sido a capacitação do profissional em serviço, por meio dos programas de formação continuada oferecidos pela Secretaria de Educação. Ao mesmo tempo, a escolha do cuidador não tem sido feita com o devido cuidado. Para Cunha (2014), o Acompanhante Especializado, como o nome diz, deve ser um profissional especializado no assunto ou com formação em psicopedagogia, logo, não pode ser qualquer pessoa. Mas, no Brasil, a maioria dos cuidadores não têm formação ou especialização compatível com a função que irão exercer.

Ao olhar para a criança com TEA e o convívio desta em uma turma regular, indagava-me cotidianamente na preparação docente e, principalmente, da pessoa do cuidador(a). Com isso, busco evidenciar a necessidade de uma formação adequada para alcançar os objetivos desejados, assim como para revelar as dificuldades do professor, com as demandas da inclusão.

Para encontrar respostas para minhas questões, desenvolvi uma pesquisa bibliográfica exploratória, com base em pesquisadores do tema. Procurei uma escola da Rede Municipal de Campina Grande - PB, que atendesse estudantes dos anos iniciais (1º ao 5º ano). A entrevista foi realizada com cinco professoras que têm em suas turmas alunos com TEA, e com duas voluntárias sociais que acompanham crianças autistas.

As falas contidas nos resultados de discussões correspondem às respostas obtidas por meio das entrevistas com as participantes da pesquisa. Ressalta-se que todo o texto possui autorização prévia para publicação e é apresentado em sua forma original, sem alterações. No entanto, a identidade das entrevistadas permanece preservada.

A primeira entrevistada, P1, dispõe de sete alunos autistas em sua turma e, infelizmente, não conta com nenhum apoio para essas crianças. Todas as crianças da P1 são nível 1 de suporte, o nível mais leve, no entanto existe uma grande dificuldade para esta professora dar conta de toda a demanda, pois como Cunha (2014) ressalta, é importante que a criança autista permaneça sob o auxílio de um profissional capacitado ou um psicopedagogo para que dê suporte ao professor em sala de aula, para não o sobrecarregar, pois o mesmo não consegue dar a devida atenção individualmente a todos, preparar e ainda aplicar atividades adaptadas. A P1, também ressalta como suas dificuldades a falta de materiais e de recursos para utilizar com as crianças, pois é de grande relevância a funcionalidade desses materiais para a concentração e participação delas nas temáticas abordadas na sala de aula. Outra dificuldade apontada por ela é o distanciamento da família que atrapalha o desenvolvimento das crianças autistas, como também a contribuição e compreensão dos funcionários da escola, pois assim como Alves (2009) descreve, a inclusão não é apenas na sala de aula, mas na escola como um todo. O importante não é só capacitar o professor, mas também toda equipe

de funcionários da escola, a fim de tornar um ambiente acolhedor e colaborativo. Além disso, a falta de voluntário com formação ou curso na área para auxiliar as crianças, pois segundo ela, não enviaram ninguém com no mínimo paciência para auxiliar as crianças de sua turma.

A entrevistada P2, dispõe de dois alunos autistas em sua turma, sendo níveis de suporte 1 e 3. As duas crianças são acompanhadas por apenas um voluntário, que não possui nenhuma formação na área. A P1 descreve que nem sempre o voluntário tem domínio com as necessidades da criança e completa relatando que, para ela, a interação social destas crianças é algo desafiador, principalmente na recusa em fazer atividades. Finaliza afirmando que para a melhoria da inclusão se fazem necessários cursos de formação para voluntários e recursos para o processo de aprendizagem destas crianças, pois sem isso, o professor não consegue tanta evolução como se é desejado. Ferreira (2018) explica que para que a educação inclusiva aconteça de forma real, a escola precisa ter apoio. Ela também precisa entender qual o seu papel no processo. A responsabilidade não deve ser posta apenas no docente ou no cuidador. A inclusão se dá através da união de todas as partes, dentro e fora da escola.

Na turma da P3, está matriculada apenas uma criança autista, de nível de suporte 1. O voluntário social é formado em enfermagem e, segundo ela, consegue conduzir as demandas escolares da criança. A professora relata que sua maior dificuldade é não ter especialização para trabalhar com crianças especiais e suprir a necessidade da mesma. Outra dificuldade é não ter formações que contemplem a área da educação especial, o que vai de encontro com Brotherhood (2009) quando descreve em seu texto a necessidade da formação especializada dos profissionais que lhes permita conhecer as características e as possibilidades da educação especial.

A entrevistada P4 dispõe de três crianças autistas em sua turma, com apenas um voluntário social. A diferença das outras turmas é que o voluntário tem formação em pedagogia e consegue, de forma parcial, ter domínio das necessidades escolares e individuais das crianças que acompanha. Porém, a demanda exigida para ela com a quantidade de crianças com diferentes níveis é o que torna seu rendimento parcial.

Para P4, existe um grande distanciamento entre as leis e o que realmente é realizado na escola, pois faltam recursos e formação para toda equipe. Para ela, deve-se repensar o atendimento nas salas regulares a crianças com TEA, pois, em sua maioria, os colocam em turmas indisciplinadas, sem estrutura e mobilidade adequada para eles, dificultando ainda mais o desempenho do professor. Assim como Dias (2007) reforça, a escola inclusiva deve ser pensada como uma escola individual, que supre a necessidade de todos buscando melhorias para que o desenvolvimento de cada um, possa de fato acontecer. O que a entrevistada P4 argumenta é de grande relevância e é o questionamento de muitos professores, que se veem em uma situação de cobrança de resultados, mesmo com tanta adversidade. São muitas crianças em uma mesma sala, diferentes graus de autismo e outras síndromes, as quais necessitam de variadas adaptações e recursos que, na maioria das vezes, não são oferecidos.

Por fim, a P5 faz um relato evidenciando a diferença observada por ela entre o cuidador em formação acadêmica e o voluntário que possui apenas o ensino médio, pois ambos auxiliaram alunos de sua turma. Ela descreve que embora a voluntária tenha boa intenção, não possui conhecimento sobre o TEA e ainda não adquiriu domínio da função, levando em consideração a complexidade dos níveis de suporte dos alunos que a mesma auxilia. Por outro lado, a cuidadora com formação, tem maior conhecimento pedagógico, que se faz necessário para trabalhar com crianças, habilidades fundamentais para auxiliar o autista com as demandas escolares e, além disso, tem iniciativa e demonstra sapiência em aplicar atividades.

Para maior apuração, também foram entrevistadas duas voluntárias sociais. A voluntária 1 não tem formação na área da educação, está nesta função há um ano e diz não ter sentido dificuldade na adaptação. Porém, sente falta de recursos para trabalhar com as

crianças e adaptações na estrutura escolar para receber crianças com mobilidade. A mesma descreve que acha injusta as condições de trabalho oferecidas, considerando como desvalorização de um trabalho tão necessário. Além disso, ressalta que o máximo de crianças por cada voluntário deveriam ser apenas duas. Ainda, completa sua contribuição relatando que tentou iniciar a graduação, porém, a baixa remuneração salarial impediu a continuidade.

A voluntária 2, tem o ensino pedagógico e atua na era da educação especial há 7 anos, antes como cuidadora e, atualmente, como voluntária social. A referida voluntária conta que todos os dias enfrenta um desafio diferente com as demandas atribuídas a ela. Suas queixas se dão a respeito da falta de capacitação tanto dela própria, quanto da professora para com as crianças autistas. Além disso, a necessidade de adaptação nas escolas, assim como da harmonia entre família e escola. Relata, ainda, a sua indignação com a desvalorização do trabalho, visto que foi retirado qualquer vínculo empregatício e direitos trabalhistas. Some-se ainda o baixo salário, pois para ela, é uma função de grande atribuição tendo em vista que as crianças estão sob suas responsabilidades e, principalmente, levando em consideração a quantidade que cada voluntário auxilia. Além disso, a voluntária destaca as cobranças por parte da escola e da Secretaria de Educação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa realizada sobre a figura do “voluntário social” no contexto atual na Rede Pública Municipal de Campina Grande - PB, foi possível afirmar que a preparação do mesmo, para o atendimento a crianças autistas, é indispensável para a verdadeira inclusão. Observa-se que todas as entrevistadas compartilham da mesma dificuldade e percebem que falta formação para melhor atender às crianças com TEA, como também lastimam-se da insuficiência de recursos para trabalhar e da infraestrutura escolar. Acentua-se que a despreparação do voluntário compromete o trabalho do professor, assim como a ausência do mesmo, pois faz-se necessária uma maior atenção e colaboração do docente, com o atendimento dessas crianças.

Destaca-se ainda, a desvalorização do trabalho dos voluntários, que embora não possuam formação, lhe são atribuídas uma grande demanda com a quantidade de crianças auxiliadas por cada um. O desmerecimento dado a esta função, como a ausência de vínculo empregatício que não garante nenhum direito trabalhista e o baixo salário, não estimula o voluntário social a busca por cursos na área da educação, assim como não desperta o interesse de pessoas formadas, voltando esta função apenas para o ato de cuidar e não ao auxílio pedagógico.

Levando-se em conta o estudo bibliográfico acrescido às entrevistas, notabiliza-se que a formação em Pedagogia ou exigência de cursos na área da educação especial, seriam fundamentais para o atendimento de crianças atípicas. No entanto, o recurso financeiro destinado à inclusão em escolas municipais de Campina Grande - PB torna-se pouco, o que acaba barateando o trabalho e automaticamente vetando exigências para o “contrato” de cuidadores e desinteressando pessoas qualificadas. Repara-se que a mudança de contrato de trabalho, para voluntarismo remunerado, deu-se com intuito de economizar com encargos trabalhistas, o que mostra o descomprometimento com a inclusão.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. **Inclusão**: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. Rio de Janeiro, WAK Editora, 2009.

APA - AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. p. 31-86.

BELEI, R. A.; GIMENIZ-PASCHOAL, S. R.; NASCIMENTO, E. N.; MATSUMONO, P. H. V. R. O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação**, n. 30, 11.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, 2008.

CARVALHO, Carla Elisandra Oliveira; HABOWSKI, Adilson Cristiano; CONTE, Elaine. A inclusão digital de crianças com múltiplas deficiências na escola. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 20, n. 42, p. 153–176, 2019. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723820422019153>. Acesso em: 24 maio.2024.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família. 6 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed. 2015. 140 p.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994. Acesso em: 10 mai. 2024. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>.

DIAS, Maria Teresa Volpato. **A inclusão do deficiente no ensino fundamental em Limeira**: a síndrome de Down. 2007. Universidade São Marcos (Dissertação Mestrado). Acesso em: 10 mai 2024. Disponível em: file:///C:/Documents%20and%20Settings/DOC00471.pdf.

MASSON; BRITO; SOUSA. O trabalho e a saúde de cuidadores de adolescentes com deficiência: uma aproximação a partir do ponto de vista da atividade, dezembro 2008.

MULICK, James A.; SILVA, Micheline. Aspectos Fundamentais e Considerações Práticas. *Psicologia ciência e profissão*, 2009, 29 (1), 116 –131. Acesso em: 10 mai. 2024. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n1/v29n1a10.pdf>.

OLIVEIRA, K. G.; SERTIÉ, A. L. Transtornos do espectro autista: um guia atualizado para aconselhamento genético. *Einstein*, 15(2):233-8, 2017.

FERREIRA, F. Educação inclusiva: quais os pilares e o que a escola precisa fazer? (2018) Disponível em: <https://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-o-que-a-escola-precisa-fazer/>. Acesso em: 10 mai. 2024.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAT, R. Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 2009.

INCLUSÃO – REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. Secretaria da Educação Especial, out. 2005; jan./jul. 2010.

PROESC. 2018. Disponível em:

<https://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-o-que-a-escola-precisa-fazer>.

SILVA, Maria do Carmo Bezerra de Lima; BROTHERHOOD, Rachel de Maya. Autismo e inclusão: da teoria à prática. *In*: V ECPP, Maringá, out. 2009. Acesso em 10 maio 2024.

Disponível em:

http://www.unicesumar.edu.br/epcc2009/anais/maria_carmo_bezerra_lima_silva.pdf

SILVA, M.; MULICK, J. A.. Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 29, n. 1, p. 116–131, 2009. Acesso em 10 maio 2024. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/RP6tV9RTtbLNF9fnqvrMVXk/?lang=pt>

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **A pesquisa científica**. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 33-44, 2009.

ZANON, R. B.; BACKES, B.; BOSA, C. A.. Identificação dos primeiros sintomas do autismo pelos pais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 30, n. 1, p. 25–33, jan. 2014. Acesso em: 10 maio 2024. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v30n1/04.pdf>.

APÊNDICE A – ENTREVISTA PROFESSORES



Pesquisa - Crianças com TEA

Nome _____

Idade ____

Tempo de serviço na docência: _____

Prezado (a) professor (a),

A presente pesquisa, trata-se do meu TCC II, o qual tem como objetivo coletar dados sobre as percepções docentes acerca da inclusão educacional e aproveitamento no ensino de alunos com Transtorno do Espectro Autista, ressaltando o auxílio oferecido por educadores sociais.

Para manter o sigilo e respeito às questões éticas, o nome do entrevistado não será identificado no texto final do TCC II.

Desde já, agradeço pela sua colaboração.

QUESTÕES:

1. Em sua turma, há quantos alunos autistas?
2. Quantos educadores sociais?
3. Quantas crianças cada voluntário acompanha?
4. Quais os níveis de suporte das crianças autistas da sala?
5. O voluntário possui alguma formação na área?
6. Na sua percepção, o voluntário consegue ter domínio com as demandas da criança conciliadas às atividades de sala?
7. Qual sua maior dificuldade na educação inclusiva?
8. Para você, quais as melhorias necessárias para a inclusão na escola?

APÊNDICE B – ENTREVISTA VOLUNTÁRIOS



Pesquisa - Crianças com TEA

Nome _____

Idade ____

Tempo de serviço : _____

Prezado (a) voluntário(a),

A presente pesquisa, trata-se do meu TCC II, o qual tem como objetivo coletar dados sobre as percepções do voluntário acerca da inclusão educacional , ressaltando as suas condições de trabalho.

Para manter o sigilo e respeito às questões éticas, o nome do entrevistado não será identificado no texto final do TCC II.

Desde já, agradeço pela sua colaboração.

QUESTÕES:

1. Você possui alguma formação ou curso na área?
2. Faz quanto tempo que você iniciou nesta função?
3. Você sente ou sentiu alguma dificuldade com as demandas exigidas desta função?
4. Em sua opinião quais as melhorias necessárias para o bom funcionamento da inclusão?
5. Você considera justa as condições de trabalho oferecidas?

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, que fez com que meus objetivos fossem alcançados durante todos os meus anos de estudos e por ter permitido que eu tivesse saúde e determinação durante a realização deste trabalho. Em segundo lugar, à minha tão amada filha, Marina, que veio ao mundo no final da minha graduação e que, apesar de eu precisar adiar a conclusão do curso em razão dela, também foi por ela que continuei e adquiri ainda mais motivação e garra para lutar por todos os meus objetivos. Agradeço aos meus pais, Josilene e Benino, que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização do meu TCC (artigo). Ao meu amado esposo Diego, que sempre me apoiou e não me deixou desanimar em nenhum momento, fortalecendo minha fé e meu potencial. Também ao meu único irmão, Matheus, que mesmo sem saber me motivou a buscar uma formação acadêmica para me tornar um bom exemplo para ele. E não poderia deixar de agradecer aos meus queridos avós, Antônia e José, que ajudaram na minha criação desde meu nascimento, me mostrando o caminho do Senhor, me incentivando nos estudos e dedicando todos os seus dias ao meu irmão e a mim. Além da família, agradeço imensamente à professora Rosely de Oliveira Macário, pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação, pela dedicação e amizade, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho em minha pesquisa. Aos professores da banca, Dra. Paula Almeida de Castro e Me. Diego de Lima Santos por dedicarem seu tempo na avaliação deste trabalho, assim como aos professores do Curso de Pedagogia, pelos conselhos, pela ajuda, pela paciência com a qual guiaram o meu aprendizado, contribuindo com a minha formação ao longo desses anos. Aos funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário. Aos colegas de classe, mas principalmente a Dayane, Jéssica e Mikelle, com quem convivi intensamente durante os últimos anos, pelos momentos de amizade e apoio, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como formanda. A todos da escola pesquisada, pelo fornecimento de dados e materiais que foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa que possibilitou a realização deste trabalho. Enfim, a todos que participaram direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo o meu processo de aprendizado.

Minha Gratidão.